

Conclusões

O presente estudo analisou concepções e ações a respeito da escolaridade e formação docentes, no âmbito das Secretarias Municipais de Educação. Este trabalho foi orientado pela compreensão de que a formação é um direito da criança a uma educação de qualidade e do profissional à qualificação. A defesa da formação do professor está relacionada à possibilidade deste de agir como produtor de conhecimento sobre sua prática, numa perspectiva de ação e reflexão, ou, em outras palavras, na perspectiva da práxis (FREIRE, 2005). Preocupam falas que apresentam o professor como alguém expropriado do conhecimento, “*uma nuvem vazia*”, como afirmou uma das entrevistadas. A defesa da profissão docente passa por qualificação, carreira, valorização salarial e condições de trabalho.

As mudanças que ocorrem no cenário nacional trazem repercussões para as Secretarias Municipais de Educação, para professores e demais funcionários e para as crianças. A política é feita em vários níveis, ou em vários contextos, tanto na esfera do Estado quanto dos profissionais que lidam com ela na prática (MAINARDES, 2006). Assim, esse trabalho buscou estabelecer algumas relações entre as determinações do governo federal e as ações dos municípios.

O processo de descentralização política trouxe aos municípios autonomia para organizar sua própria agenda e tomar decisões; e responsabilidades, como a de atender à demanda da população por educação infantil. Inicialmente, cabe destacar a situação preocupante dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro no que se refere às condições de vida da população e ao atendimento à população infantil, que se revela nos altos índices de pobreza e baixíssimas taxas de cobertura em creche. De um lado, Japeri, Queimados e Tanguá, enfrentam as situações mais alarmantes. De outro, Niterói e Rio de Janeiro apresentam os índices mais favoráveis.

Muitos fatores se associam na constituição das políticas municipais; no entanto, dois parecem especialmente importantes: a capacidade financeira do município e os modos de gerir e fazer política, tanto no que diz respeito à ação dos profissionais da Secretaria, quanto na esfera mais geral, do plano municipal de governo. A autonomia conquistada com o regime federativo gerou situações diversas e, na maior parte das vezes, adversas, de atendimento às demandas da

população. Municípios muito pequenos e pobres têm dificuldade de efetivar políticas. Municípios grandes e ricos muitas vezes não atendem às necessidades da população, o que tem a ver não com a capacidade financeira, mas com as escolhas feitas pelo governo.

No que diz respeito à escolaridade dos profissionais, cabe aos municípios implementar ações para que seu quadro seja formado por professores com nível superior, em observância aos princípios legais estabelecidos pela Constituição e pela lei 9394/96. No entanto, levando em consideração o princípio da colaboração, as demais instâncias também têm atribuições nesse sentido. Sobre esse aspecto, verificou-se que a instância estadual se faz pouco presente, se limitando a manter cursos de ensino médio na modalidade normal. Já o governo federal vem assumindo seu papel indutor através de planos e programas como o Proinfantil e o PARFOR. O PAR, por sua vez, só estabelece metas de formação superior para os professores do ensino fundamental.

Deste modo, é importante aprofundar a discussão sobre a centralização de programas de formação na instância federal. Como visto no capítulo 3, a participação dos governos municipais na elevação da escolaridade dos profissionais tem se dado mais pela via da execução, através da adesão a programas, do que da formulação. No caso do Proinfantil, a iniciativa do governo federal de criar o programa parece bastante positiva, dada a função indutora e supletiva que esta instância deve assumir. No entanto, é no mínimo incoerente que as universidades assumam um programa de formação em ensino médio. Ao menos no estado do Rio de Janeiro, a intermediação da instância estadual, responsável legal por oferecer cursos de ensino médio na modalidade normal, parece não ter se efetivado. A política inaugurada pelo PARFOR ainda é bastante recente, mas apresenta um caminho promissor, já que visa a formação de professores em cursos de pedagogia.

A relação entre a instância federal e os municípios se faz também através da legislação, que, como foi possível perceber, mobiliza ações. Entretanto, os municípios possuem seus próprios modos de fazer política que, por vezes, passam ao largo das determinações federais. A resistência a exigir ensino superior nos concursos e a contratação de profissionais sem formação adequada são exemplos disso.

Em relação aos discursos dos profissionais das Secretarias sobre a formação e escolaridade dos profissionais, destacam-se os status diferenciados conferidos a professores e auxiliares, a precariedade da situação funcional dos auxiliares, as críticas aos cursos de formação inicial e a já mencionada valorização da formação.

A fala que dá título a essa dissertação explicita, de algum modo, a ambiguidade das políticas municipais de formação de professores. Por um lado, a formação é a “*menina dos olhos*”. O reconhecimento de sua importância se dá em diversos âmbitos (legislação, documentos provenientes do Ministério da Educação, discurso acadêmico, movimentos sociais e sindicais), inclusive no âmbito das Secretarias Municipais de Educação. Por outro, “*ainda temos muito para caminhar*”, pois encontramos percentuais ainda tímidos de funções docentes com ensino superior, contratação de profissionais sem formação adequada, vínculos empregatícios frágeis.

Nesse cenário, a creche é a modalidade mais prejudicada, quer dizer, os professores graduados que atuam na educação infantil são alocados mais frequentemente em turmas de pré-escola. Entretanto, a maior parte dos municípios possui baixos percentuais de funções docentes sem formação adequada. Destas, uma minoria não tem o ensino médio. Isso significa que a grande maioria dos professores já possui o pré-requisito para cursar o ensino superior, sendo importante que os municípios estimulem essa formação. Cabe ressaltar que à adequação da formação dos professores precisam corresponder iniciativas de valorização dos profissionais ou se instaura uma incoerência, encontrada em alguns municípios: professores com a mesma formação ocupando cargos distintos e desigualmente remunerados.

Em resumo, no plano das concepções, a valorização da formação foi incorporada nos discursos, porém, no plano das ações, na maior parte dos municípios, não há uma política consistente de formação de professores em nível superior. Os municípios enfrentam dificuldades para criar condições que propiciem a formação dos profissionais, sobretudo quando o objetivo é a realização de um curso de longa duração, como a graduação. Nesse quesito, o município escolhido para a entrevista específica se diferencia dos demais por oferecer licença remunerada aos professores que desejam realizar cursos de graduação e pós-graduação que, somada a um plano de carreira atrativo,

colaboram para que esse município esteja entre os que possuem o maior número de professores graduados.

Diante dessas conclusões, ficam algumas questões de pesquisa. A afirmação de uma profissional entrevistada de que o plano de carreira do seu município é “ousado” e contribui para a elevação do nível de escolaridade dos profissionais de sua rede convoca o aprofundamento de estudos sobre o papel do plano de carreira na política de formação dos profissionais. O fato de, no questionário, não terem sido informadas parcerias entre universidades e municípios visando à graduação dos professores nos faz indagar se o processo de expansão e interiorização das universidades impacta a escolaridade dos profissionais das redes municipais e qual o destino dos egressos destes cursos.

Diante da constatação de que a formação superior nos municípios é bem menor que o afirmado pelas entrevistadas, outra questão importante diz respeito ao esforço que cada município precisa fazer para alcançar a meta do Plano Nacional de Educação de ter todos os professores formados em nível superior. No entanto, para que este esforço seja corretamente estimado se faz necessário um estudo de demanda, já que a frequência à escola não é obrigatória dos 0 aos 4 anos. Ainda a esse respeito, merece atenção o lugar dos auxiliares nas redes de ensino, pois, segundo as entrevistas, esses profissionais, muitas vezes, não têm a qualificação adequada para o exercício da função docente.

Por fim, destaca-se a necessidade do delineamento de políticas docentes, que articulem ingresso e carreira, através da formação de professores e da oferta de condições de trabalho adequadas. A elevação da escolaridade dos profissionais, numa perspectiva de qualificação e preparação para o trabalho, é um dentre uma série de elementos necessários à efetivação de uma educação infantil de qualidade.